



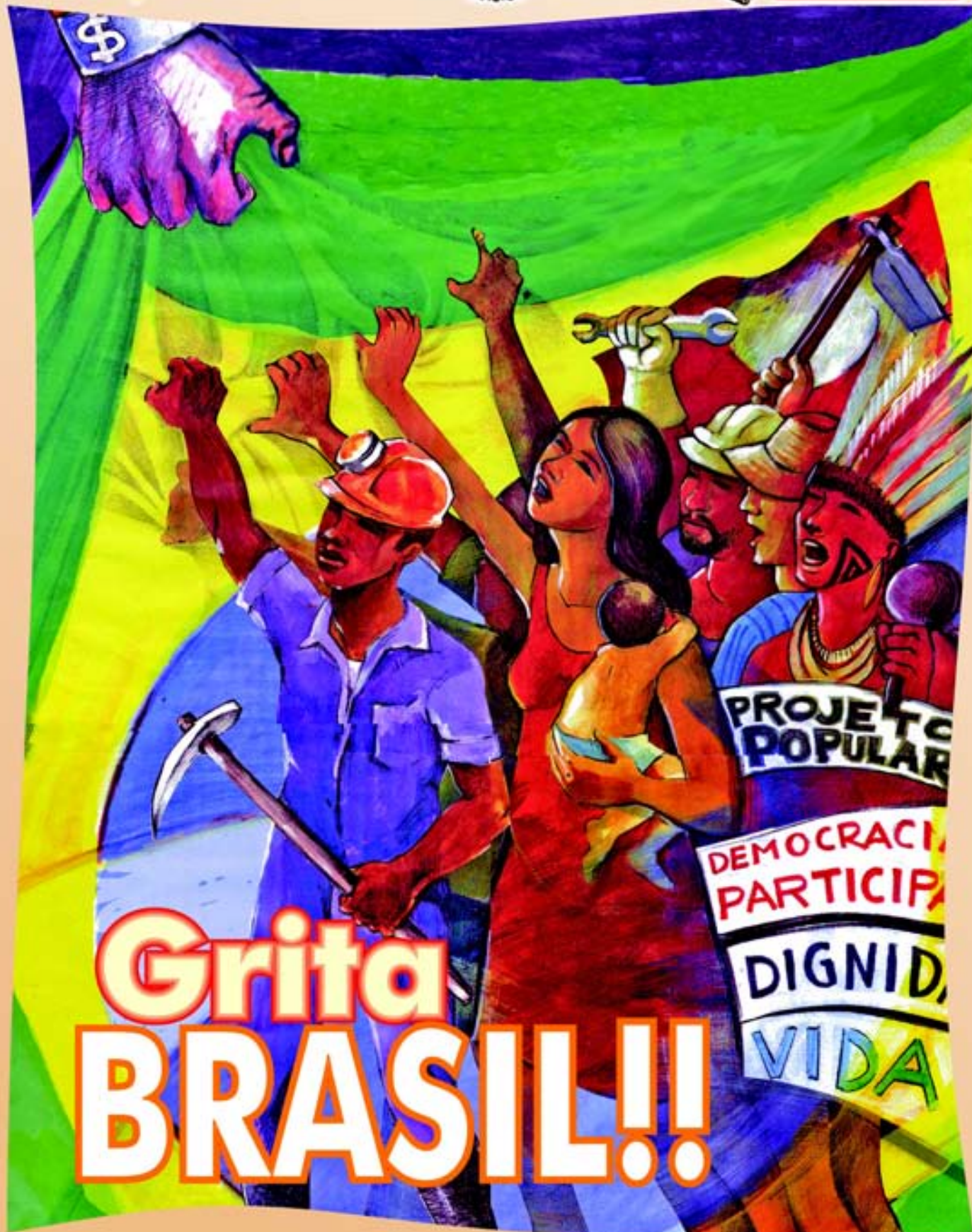
A SERVIÇO
DOS POVOS
INDÍGENAS

MENSAGENS



SETEMBRO / OUTUBRO - 2007
EDIÇÃO Nº 165

ISSN 1678-2285



Grita BRASIL!!

Setembro de 2007: Duas apurações de votos. Muito diferentes e contrastantes. Uma no Senado, sob o estardalhaço da imprensa, para conferir a casação do seu presidente. Outra no silêncio, ignorada pela mídia, mas minuciosa e responsável, para contar os votos do plebiscito contra a privatização da Vale do Rio Doce.

Em uma, apenas 81 eleitores. Na outra, todos os brasileiros podiam participar.

Uma, com todo aparato técnico por conta dos cofres públicos; outra com todas as despesas por conta dos eleitores.

Uma secreta. Outra livre, aberta e transparente.

O resultado de uma escancarou a gravíssima crise de credibilidade das instituições políticas do Brasil. O processo da outra aponta o caminho indispensável para assegurar os destinos do Brasil:

a ativação da cidadania para que o povo recoloca as instituições políticas nos trilhos da verdadeira democracia.

As duas votações, por caminhos opostos, alertam para a gravidade da situação política que estamos vivendo. *(baseado em artigo de Dom Demétrio Valentini, no Correio da Cidadania)*

É claro o desafio. Chega de apatia, comodismo, desânimo e desilusão. Precisamos reagir! Precisamos acreditar em nossa própria capacidade de inverter a situação, de resgatar a política para lhe devolver sua dignidade. O Mensageiro traz muitos exemplos: esforços pequenos que a mídia faz questão de abafar. Mas, somando todos e acrescentando mais ainda, vamos romper o silêncio e fazer ressoar o Grito da igualdade, da inclusão, da participação, da honestidade, da justiça, do respeito à natureza nesta nossa Pátria amada: Brasil!



Publicação do Conselho Indigenista Missionário
Esta Revista nasceu em 1979 por iniciativa de 5 tuxauas

É uma revista de: informação
formação e
intercâmbio a serviço
dos Povos Indígenas

ISSN 1679-2335

Correspondência para:

Caixa Postal 41

CEP 66.017-970 - Belém - Pará - Brasil
Telefone: (091) 3252 - 4164- Fax: (091) 3252 - 2312

E-mail: cimiblm@amazon.com.br

Site: www.mutiraoamazonia.org.br



Instrumento usado pelos mensageiros no Alto Amazonas. Com ele avisavam as aldeias quando traziam notícias.

O DESFILE E O

GRITO DOS EXCLUÍDOS



Foto: Nello Ruffaldi

Grito em Belém

Os desfiles comemorando os 185 anos de independência do Brasil se realizaram no País todo atraindo multidões. Concomitante aos desfiles, realizou-se, em todo o Brasil, o GRITO DOS EXCLUÍDOS, que se tornou tradição no Brasil há 13 anos.

O Grito dos Excluídos e o Plebiscito Popular sobre a Companhia Vale do Rio Doce marcam a Semana da Pátria. Nos dias atuais percebe-se com mais urgência a necessidade de aprimorar a democracia representativa e favorecer a democracia participativa, através dos diversos mecanismos que a Constituição Brasileira nos fornece, dentre eles, a participação por meio de referendos, plebiscitos e conselhos. A participação popular é uma conquista e um patrimônio precioso da sociedade. Este é um forte debate alimentado pelo Grito dos Excluídos. O Grito encontra-se em sua 13ª edição, este ano com o lema: "Isto não Vale! Queremos participação no destino da Nação", privilegiando o protagonismo dos excluídos, e proporcionando o debate sobre a efetiva participação nos destinos da Nação.

O grito reúne Igrejas, Pastorais, Associações, Sindicatos e Partidos, enfim, movimentos sociais insatisfeitos com a atual política do Governo brasileiro.

Como o nome diz: a atual política gera milhões de excluídos que não participam do crescimento econômico. O mesmo crescimento está favorecendo uma minoria da população, enquanto a grande maioria depende do trabalho informal, das políticas assistenciais e da caridade de instituições para sobreviver. Mesmo assim, o fato de que milhões de pessoas consigam sobreviver é um milagre.

Neste ano durante a semana da Pátria, movimentos sociais de todo o país realizaram um Plebiscito Popular que questiona o leilão que vendeu a Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. Muitas irregularidades ocorreram na privatização da empresa. Atualmente, a Justiça ainda analisa 69 ações populares contrárias à venda da empresa.

Esta ação faz parte da Campanha Nacional pela Nulidade do Leilão da Vale do Rio Doce. Dentre as irregularidades que mo-

tivam as ações, está a sub-avaliação da Vale. A Vale foi vendida por 3,3 bilhões de reais, mas era avaliada em 40 bilhões de dólares na época.

Para estabelecer o preço antes do leilão, não foram incluídas, por exemplo, as estruturas fer-

Foto: Marcos Reis



Grito em Belém

roviárias e portuárias da empresa e as reservas de titânio, urânio entre outros minérios. Possuir reservas de urânio é inconstitucional, pois sendo um material nuclear, apenas o Estado pode explorá-lo. Outra ilegalidade apontada é que o Banco Bradesco, uma das instituições que avaliou a Vale, participou da compra da empresa.

A Vale tinha concessões públicas sobre a maior parte das reservas minerais do país em

Foto: Nello Ruffaldi



Grito em Belém

Foto: Nello Ruffaldi



Grito em Belém



grandes áreas do território nacional. Somente ao redor da reserva mineral de Carajás havia uma concessão de 700 mil hectares de floresta amazônica. A empresa também tinha concessão das três maiores ferrovias do país e de três grandes portos. A privatização da Vale do Rio Doce, sem consulta ao povo brasileiro, atendeu contra a soberania do Brasil, pois o patrimônio era de toda a sociedade.

Para Paulo Maldos, assessor político do Cimi, a mobilização para recuperar este patrimônio público faz parte da construção de um Projeto Popular para o Brasil, onde os recursos estatais são controlados pelo povo para que sejam usados em políticas públicas

(saúde, educação...). "A proposta não é que a Vale volte a ser como quando era estatal. A idéia é que o povo possa participar da definição de seus rumos, para que ela beneficie a nação, sem prejudicar o meio ambiente e as populações que vivem em seu entorno, onde há vários povos indígenas e comunidades quilombolas", explica.

Outras perguntas

Além da questão sobre a venda da Vale, o Plebiscito Popular aborda outros três temas:

- O pagamento dos juros da dívida externa e interna, em prejuízo do uso dos recursos públicos para investimentos no país (saúde, educa-

Grito em São Paulo



Grito em Sergipe



Grito em Belo Horizonte

Grito em Brasília



ção, reforma agrária...);

- A exploração da energia elétrica por empresas privadas, que aumentaram o preço das tarifas em até quase 300% após a privatização;

- A proposta de reforma da previdência que pretende, entre outras coisas, acabar com a previdência especial para trabalhadores rurais.

Junto com o tema da Vale, o GRITO quer chamar atenção ao andamento da política geral do Brasil e em particular da AMAZÔNIA. "O avanço da fronteira na Amazônia tem sido marcado por degradação dos

Foto: Marcos Reis



recursos naturais, pela violência e por um crescimento econômico rápido, porém não sustentável. As madeireiras, mineradoras, sojeiros, grileiros desafiam o IBAMA e as autoridades e marcam sua presença na Amazônia, semelhante ao crime organizado nas favelas do Rio de Janeiro. A Amazônia está sendo destruída sob os nossos olhos e até os pobres são utilizados e comprados para defender o interesse dos grandes."

"Madeireiras ilegais financiam bando armado em projeto de manejo florestal". A notícia se refere ao reflorestamento Água Azul II, em Breu Branco no sudeste do Pará. É uma fazenda que sofre invasão pela décima vez. As madeireiras são equipadas com telefonia celular e armaram centenas de peões para enfrentar a polícia que está com medo de um confronto.

Ao mesmo tempo a CPT denuncia que a grilagem de terras é "a maior causa de confrontos armados na região norte!"

Grita Brasil, grita! A tua sorte tem que mudar e a Amazônia precisa sobreviver.

Foto: Marcos Reis



A FORÇA NÃO É DIREITO

O Mensageiro apóia o movimento indígena e quilombola na retomada de suas terras tradicionais e denuncia a prepotência da Aracruz Celulose e sua campanha racista. Quer saber o porquê? Leia aqui abaixo. O Mensageiro espera a sua opinião a respeito.

A empresa se instalou entre 1968 e 1973 na terra indígena. Usando um correntão, atado a dois tratores de esteira, derubaram dezenas de milhares de hectares de Mata Atlântica no município de Aracruz. Das 40 aldeias ocupando 30 mil ha de mata restaram 3 aldeias e 40 ha de mata; dos 1500 índios aldeados ficaram 680. A planta industrial que reúne as três fábricas foi construída em cima da aldeia principal dos Tupiniquim, a Aldeia dos Macacos.

No começo dos anos 70, A região de Sapé do Norte, nos municípios de S.Mateus e Conceição da Barra abrigava, cerca de 12.000 famílias quilombolas, num território de 256.000 ha. Mas a Aracruz Celulose chegou na região, e hoje restam apenas 1.300 famílias em 32 comunidades quilombolas, ilhadas em meio à plantação de eucalipto.

"Na época vieram dois tratores meteram a corrente e derrubaram tudo". (BRAZ, morador de Conceição)

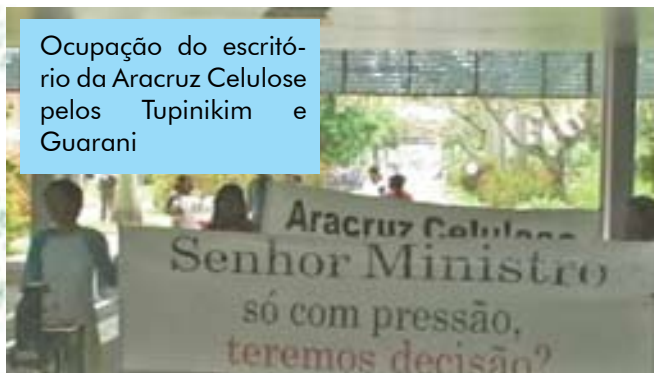
"Hoje em dia não há mais nada; não há mais peixe, não há mais caça: acabaram com tudo". (JORGE, morador de Conceição).



TUPINIKIM E GUARANI NÃO DESISTEM E GANHAM

"O projeto neoliberal é este mesmo: possibilitar a expansão do grande capital e da monocultura como o eucalipto e deixar de fora a agricultura familiar". (SÉRGIO OSMAR, Associação dos pequenos agricultores)

Com a chegada da Aracruz, muitas famílias foram expulsas do campo, gerando milhares de sem terra morando na periferia das cidades. Segundo os dados do IBGE, são mais de 50.000 famílias. No território capixaba, mais da metade é de terras devolutas e, destas mais da metade estão sob o controle da empresa.



Ocupação do escritório da Aracruz Celulose pelos Tupinikim e Guarani



Mulher Quilombola preparando beiju

foto: Winnie - Fase/ES



Reconstrução de casas na Aldeia Araribá

A LUTA INDÍGENA:

Desde 1978 os Tupinikim e Guarani lutam pela retomada de suas terras.

Somente em 1996 a Funai, através de estudos antropológicos identificou como terra indígena 18.000 hectares. Porém em 1998 somente foram demarcados 7.061 hectares. A Aracruz não se conformava e tampouco os índios.

Foram anos de luta e tensão. Até 2005 os índios já tinham feito três tentativas de reocupação para conseguir os 11 mil hectares, sem que a justiça tomasse uma decisão. Em 2006, os tratores da



Pés de eucalipto são derrubados pelos indígenas na retomada da aldeia



A inversão do direito: por lutar pela sua terra, indígenas recebem balas de borracha



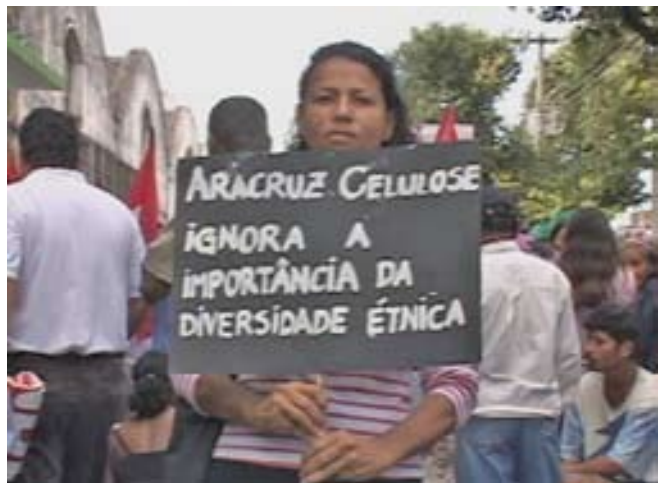


empresa com o apoio da Polícia federal derrubaram a aldeia dos índios numa ação violenta, que resultou em vários feridos.

Em julho de 2007, os indígenas retomaram parte de suas terras e reconstruíram aldeias que haviam sido destruídas em janeiro de 2006.

Hoje, após anos de luta dos Tupinikim e dos Guarani, o Ministro da Justiça, Tarso Genro, finalmente assinou a portaria que declara como terra indígena os 18.027 hectares reivindicados pelos Povos do município de Aracruz, norte do Espírito Santo. Esta área está atualmente invadida pela empresa Aracruz Celulose.

foto: Winnie - Fase/ES



Parabéns para os Tupinikim e os Guarani! Com sua valentia conquistaram o sucesso!

Esperamos que a luta dos quilombolas também alcance a vitória.

A força dos pequenos é vida para o mundo!



Reconstrução de casas na Aldeia Araribá

A luta dos índios inspira outros segmentos da sociedade na luta contra a Aracruz. É o caso das mulheres da via campesina que no dia internacional da mulher, 08 de março, na cidade de Barra do Ribeiro arrancaram milhares de mudas de eucalipto em protesto contra a invasão da monocultura no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil.

"As mulheres da Via campesina, escolheram este local porque hoje é uma das grandes ameaças do agronegócio aqui no nosso estado. São milhões e milhões de mudas, são milhões e milhões em dinheiro que está sendo investido. Nós entendemos que se não há dinheiro para produzir comida, para tocar em frente a agricultura familiar, porque há tanto dinheiro para estas grandes extensões ou de pinho, ou de eucalipto ou de acácia que é meramente para produzir celulose para a exportação. O que queremos discutir com o governo é saber onde se investe: onde gera comida ou onde é apenas material para exportação ou material de capital especulativo? O eucalipto gera o que nós chamamos de "deserto verde" que é a degradação do meio ambiente. (Luciana Passinato-Mulheres da via campesina).

As mudas arrancadas romperam o silêncio: "Havia silêncio sobre 18.000 hectares roubados dos povos Tupinikim e Guarani.

Havia silêncio sobre 10.000 famílias quilombolas expulsas de seu território, sobre milhões de litros de herbicida derrama-



do nas plantações

Havia silêncio promíscuo sobre o clo-ro utilizado no branqueamento do papel a produzir toxinas cancerígenas que agridem plantas, bichos e gente, sobre o desaparecimento de mais de 400 espécies de aves e 40 de mamíferos no norte do Espírito Santo.

Havia um silêncio intransponível sobre a natureza de uma planta que consome 30 litros de água por dia e não dá flores e nem sementes, sobre uma plantação que produz milhões e milhões de dólares para apenas meia dúzia de senhores.

Havia um silêncio espesso sobre milhares de hectares acumulados no Espírito Santo, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul.

Havia um silêncio cúmplice sobre a destruição da Mata Atlântica e dos pampas pelo cultivo homogêneo de uma só árvore: o eucalipto.

Havia um silêncio pago sobre a volúpia do lucro.

Havia um silêncio global sobre os capitais suecos, sobre as empresas norueguesas, sobre os capitais da grande banca nacional.

Por fim havia um imenso deserto verde em concerto com o silêncio.

De repente milhares de mulheres se juntaram e destruíram as mudas e as mentiras. As mudas gritaram e, de repente o silêncio foi quebrado pelo gesto das mulheres convocando o Brasil e você a tomarem uma atitude. (Vídeo "Rompendo o silêncio" - Aesca)





JOVENS INDÍGENAS SE ORGANIZAM

A pobreza causada pela perda da terra e das expressões culturais é sentida, sobremaneira, pelos jovens indígenas. Entrando na idade adulta, são confrontados com a angústia de escolher caminhos, sem o mínimo de recursos, que lhes garantam a escolha certa.

Os jovens indígenas, como todos os outros, são mais vulneráveis às coisas ruins que o contato com o não índio carrega: drogas, álcool, DSTs e AIDS, sem falar na perda da identificação com seu povo.

Por isso, a iniciativa de jovens em diferentes comunidades indígenas, de se reunir para pensar em soluções para seus problemas comuns é de grande valor.

Destacamos aqui dois exemplos. O primeiro vem da Bahia:

De 31 de agosto a 2 de setembro, o povo Tupinambá da Serra do Padeiro, Bahia, recebeu cerca de 300 jovens indígenas para realizar o 3º seminário da juventude Tupinambá.

A partir do tema "Juventude Organizada, Comunidade Fortalecida", foram discutidas a organização da juventude, a demarcação dos territórios indígenas, as políticas públicas e os desafios enfrentados pela juventude indígena. "O seminário foi um sucesso. Teve uma participação muito boa da juventude que contribuiu com as discussões dos temas presentes no dia-a-dia das aldeias", avaliou

Magno Santos, jovem Tupinambá organizador do evento.

Como resultado da articulação, foi criada uma comissão com nove jovens de três aldeias do sul da Bahia. A primeira atividade da comissão será no dia 21 de setembro, no Monte Pascoal, quando irão elaborar uma "Carta da Juventude" a ser enviada aos governos estadual e federal, com propostas e reivindicações dos jovens da região.

Uma das temáticas mais debatidas no seminário e que estará na carta é a demarcação da terra Tupinambá. Os desafios enfrentados pela juventude atualmente, como a gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e o uso de drogas e álcool também despertaram a atenção dos participantes. Vitória importante da organização juvenil foi a proposta de formar uma comissão de juventude para integrar a Apoinme (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo). Representantes da Apoinme presentes no seminário afirmaram que, a partir do próximo ano, essa comissão já poderá começar a integrar a entidade.





Na aldeia indígena Tukay, Oiapoque, Amapá, 63 jovens das etnias Karipuna e Galibi - Marworno estiveram reunidos para discutir sobre a Amazônia. Entre eles, é muito forte a relação com a natureza: bichos, plantas, águas, tudo está relacionado à vida das comunidades, e eles reafirmam o papel dos povos indígenas como defensores do grande patrimônio dos brasileiros que é a Amazônia.

Por isso, foi com grande preocupação que assistiram ao documentário do Geenpeace sobre a invasão da soja na Amazônia, com a expulsão violenta dos pequenos agricultores



familiares pelos plantadores de soja, a devastação da mata, o envenenamento dos rios, a morte dos animais e tantas outras conseqüências trágicas resultantes de mais esse processo de exploração irracional da Amazônia.

Os participantes destacaram o papel das terras indígenas na preservação das florestas, que está ligado diretamente à proteção dos seus direitos, e ao fortalecimento do movimento indígena. Por isso, a importância de conhecer e apoiar suas organizações.



A DIVISÃO DO BOLO HIDRELÉTRICO



ENERGIA SIM, MAS...

A QUE PREÇO?

DE QUE MANEIRA?

E PARA QUEM?

O Governo investe pesado para convencer a opinião pública de que é indispensável represar os rios da Amazônia em nome do "Progre\$\$o".

"O progresso precisa de energia", afirma! "O Brasil precisa de energia", insiste!

"Hidrelétrica é energia limpa, que não polui!"

"Hidrelétrica é progresso, e o progresso traz bem-estar e trabalho!"

"Progresso é benefício para o povo brasileiro!"

Palavras bonitas! O povo fica ouvindo e tem pena dos que estão contra:

"Coitados, não entendem e só querem confusão! O Lula é que está certo!"

Por isso querem represar o rio Madeira, depois o rio Xingu e depois o que resta do rio Tocantins (vem aí a UHE Luis Eduardo Magalhães).

Aí vamos pensar no nordeste e transpor o Rio São Francisco.

Esta é a maneira do Governo falar para os brasileiros e as brasileiras e realizar o seu programa. Que programa é este? A quem beneficia?

Desde a época da ditadura militar, até os dias de hoje, as políticas para a Amazônia foram voltadas para o saqueio e destruição de suas riquezas, jogando sua população numa miséria e caos social crescente.

A prova dessa continuação está na ligação do governo Lula com o ex-Ministro da Fazenda da ditadura militar, Delfim Netto. Hoje, ele é conselheiro do presidente, e defensor das hidrelétricas.

Em artigo publicado em 1º de agosto, pelo jornal "A Folha de São Paulo", Delfim Netto ataca os defensores da natureza por questionarem os projetos hidrelétricos, atrasando as obras. Ele



afirma que para haver mais empregos, e mais riqueza, o país precisa aumentar sua produção de energia.

Delfim quer nos convencer de que essa riqueza toda vai mesmo ser distribuída entre os brasileiros...

Parece impossível, mas Delfim Netto e Lula, que já estiveram em posições políticas totalmente contrárias, pensam da mesma maneira: eles dizem que "o que é bom para nós é bom para a sociedade". Só que o nós de hoje, Lula incluído, é uma minoria privilegiada, enquanto que a sociedade é sempre mais desigual. O discurso do guru do novo petismo nos remete a sua máxima histórica dos anos 70. Como ministro da ditadura, ele afirmava que "deveríamos esperar o bolo do desenvolvimento econômico crescer para só então pensar em dividi-lo". Já se passaram 30 anos de sua frase famosa: o bolo cresceu, continua crescendo e a divisão está sempre mais desigual.

Agora vamos responder às perguntas iniciais: tire as suas conclusões.

1. ENERGIA A QUE PREÇO?

O FMI - Fundo Monetário Internacional, fez uma pesquisa sobre as grandes hidrelétricas e concluiu que são prejudiciais ao Meio Ambiente. Desaconselhou a construção de hidrelétricas de grande porte e convidou a procurar soluções alternativas. Mas o Brasil e seus governantes insistem em tais absurdos.

Leia esta notícia e tire as suas conclusões:

Presente de grego

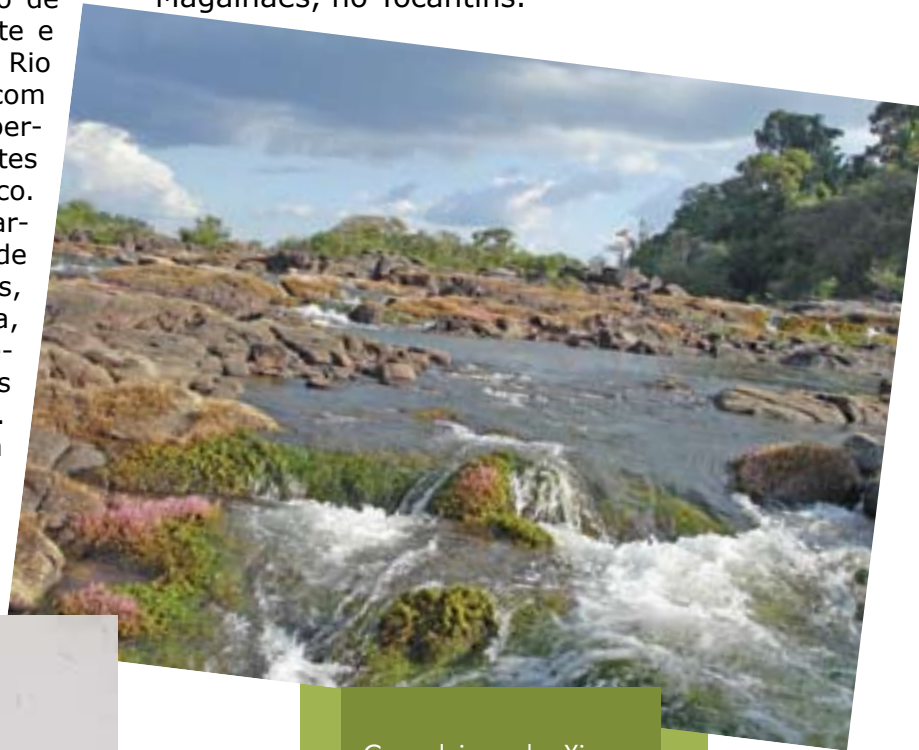
O governo federal investe R\$ 32 milhões - apenas em estudos - num projeto de forte impacto sobre o meio ambiente e a economia de três sub-bacias do Rio São Francisco, em Minas Gerais, com o objetivo de compensar futuras perdas no suprimento de água resultantes da transposição do Rio São Francisco. Trata-se de um conjunto de cinco barragens capazes de inundar mais de 100 mil hectares de terras cultivadas, assentamentos da reforma agrária, porções significativas de mata, trechos de uma rodovia federal e até as casas de uma cidade e de um distrito. Prejuízos sempre foram negados. Na Justiça, no debate político e no próprio Estudo de Impacto Ambiental, o governo sustentou que a transposição não causaria prejuízos para o

que acreditou é quem paga a conta!!!!

O preço real nunca é colocado à vista? Por que? Porque os interessados no empreendimento não querem que os prejudicados o saibam!

Na hora tudo é bom! Depois é tarde demais!

Leia no Mensageiro anterior sobre os grandes prejuízos ambientais que Belo Monte vai provocar. Não só Belo Monte mas as hidrelétricas do Rio Madeira e Luis Eduardo Magalhães, no Tocantins.



Corredeiras do Xingu: Belezas ameaçadas por barragem que não vai funcionar.



meio ambiente da Bacia do São Francisco - Correio Brasiliense, 2/9, Brasil, p.14 e 15.

É sempre assim: na hora do empreendimento tudo é bom; a verdade é escondida; depois aparece mas já é tarde; O povo



2. ENERGIA DE QUE MANEIRA?

Nós defendemos a pesquisa de formas alternativas de geração de energia.

A forma proposta pelo Governo, além de prejudicar o Meio Ambiente, tende a perpetuar a COLONIZAÇÃO da Amazônia. Até a energia produzida é para exportação.

Temos que investir na ciência para encontrar formas alternativas de energia. Só uma coisa é certa: o atual modelo de política energética é prejudicial.



3. E PARA QUEM?

Na hora de realizar um projeto que interessa às grandes empresas, nada dificulta, mas na hora da execução não é assim.

Você sabia que:

- Ainda hoje milhares de famílias atingidas pela hidrelétrica de Tucuruí não foram indenizadas nem reassentadas?
- METADE DA ENERGIA PRODUZIDA PELA HIDRELÉTRICA DE Tucuruí vai para a Fábrica de alumínio de Barcarena? E sabia que o alumínio de Barcarena vai para o Japão?
- ... Como a fabricação de alumínio é altamente poluidora, e gasta muita energia elétrica, o Japão espertamente fechou as suas fábricas e veio construir aqui no Brasil, pagando uma taxa de luz muito baixa e sem se preocupar com problemas ambientais.
- Que quase a totalidade da energia produzida na Amazônia é para a exportação?

A COLÔNIA ACABOU, MAS CONTINUA NO BRASIL!!!

AQUI VAI UM APELO!

Se o Governo não corresponde aos nossos anseios, vamos nos conscientizar de que a solução está em nossas mãos: é o GRITO DOS EXCLUÍDOS; é o grito do Brasil. Como diz o canto: vamos tomar a história em nossas mãos.

Os Povos Indígenas querem realizar um grande encontro em Altamira em 2008 com o intuito de reverter o projeto de construção de Belo Monte. Pensamos que é quase impossível realizar esta façanha, quando o

Governo Lula está decidido a realizar a obra. Mas é preciso acreditar nos sonhos e nos nossos ideais, apoiados no bom senso e na ciência.

Os povos Indígenas do Xingu já marcaram sua posição: não querem alagamento, desequilíbrio ambiental, poluição da água. Se um país é capaz de destruir sua própria riqueza, em nome do lucro de poucos, alguma voz, mesmo fraca, tem que se levantar. Aqui, é a voz dos povos indígenas que se faz ouvir.

“Nós Xikrin do Bacajá, Morotidjan, Pot Krô e Pykayaká, não queremos o rio Xingu e o rio Iriri destruídos. O que significa a floresta e o rio Xingu para nós? A floresta é uma outra parte da nossa vida, e os rios também. Nós não queremos a Hidrelétrica de Belo Monte.”

*Carta do povo Curuaya
“Nós não queremos barragem porque vai prejudicar nossa aldeia. Por quê?
O rio representa vida para nós. Se o rio morre, nós morremos junto com ele.
A caça vai ficar em extinção, o peixe vai ficar difícil de pegar.”*

*Carta para a Sociedade
“Nós, Araras da aldeia Cachoeira Seca, não queremos a construção da hidrelétrica.
Porque vai afetar nossas terras, a nossa saúde, a nossa sobrevivência, a nossa pesca.*

Por isso, senhor presidente, escrevemos para você e a sociedade entender e ouvir os nossos gritos, a nossa fala e o nosso direito. Por isso que nós queremos que você, Lula, respeite o nosso direito, nossa liberdade.

Por isso, Lula, escrevemos para você para ficar sabendo que não é para destruir nosso Xingu, o rio da natureza mais linda de Altamira.”

Carta do povo Indígena Juruna do km 17, de Vitória do Xingu e Juruna do Pakiçamba.

“A todos os que escutarem nosso grito de socorro:

A água para nós é fonte de vida, e a floresta é o que nos dá força espiritual para continuar com nossa cultura viva. Dependemos do Rio Xingu, por isso, não queremos que ele seja modificado, pois se isso acontecer, vamos ficar sem o peixe que é nosso alimento principal.

Precisamos da nossa floresta protegida, pois é da floresta que tiramos o sustento para nossas famílias e também para os animais.

Não queremos que Belo Monte seja construída no nosso rio, porque nós indígenas da região vamos sofrer muito.”

“Nós, etnia Arara do Maia, nosso presidente, nós pedimos que não faça essa hidrelétrica de Belo Monte. Quando se fala de água, a vida, a floresta, o ar que nós respiramos, se ela acaba, o que vamos respirar? Os nossos animais vão acabar. Isso não pode acontecer”.

EM DEFESA DO VELHO CHICO



O Velho Chico, como o rio São Francisco é carinhosamente chamado por aqueles que dependem dele, está correndo sério risco. Sendo um rio de dimensões nacionais, é a grande fonte de água necessária à vida da flora, da fauna e dos povos de uma imensa região do Brasil. Mas suas margens são continuamente depredadas, com a destruição das matas ciliares (matas da beira do rio) que são a sua proteção contra as erosões e o assoreamento do seu leito o que leva o rio São Francisco a um processo de morte lenta. O projeto de transposição de parte significativa de suas águas para o semi-árido vem acelerar este processo. No mínimo vai complicar mais a sua vida e dificultar a vida de muitos trabalhadores rurais, quilombolas e povos indígenas que vivem às suas mar-

especialistas afirmam que não há falta de água na região e que a pobreza no semi-árido é por falta de políticas públicas e pela deficiência da gestão da água existente.

gens.

Não é de hoje que se fala deste projeto e não é de hoje que se protesta contra ele. O Mensageiro N° 163 relatou a greve de fome do bispo Dom Luiz Cappio unida aos protestos veementes do povo Truká, que vive na ilha de Assunção, município de Cabrobó, Pernambuco.

Transposição não é solução

Em junho, mais de mil pessoas ocuparam a área onde o exército iniciou o projeto de transposição. Esta ação visava à retomada do território do povo Truká e impedir o avanço das obras. Os participantes de organizações e movimentos populares e de comunidades tradicionais de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Bahia e Ceará, exigiram o arqui-



Representantes dos povos Truká e Tumbalalá - afetados pela Transposição do rio São Francisco retomada - agosto/2007

vamento do projeto e a implementação de alternativas e tecnologias apropriadas de convivência com o semi-árido. No seu manifesto declaram: "O Nordeste não precisa deste projeto traiçoeiro chamado de integração de bacias, a mesma antiga transposição... O semi-árido não é deserto. A melhor opção é *'a favor do semi-árido'* em vez de *'contra a seca'*. Esperava-se desse governo que sepultasse a política e a indústria de combate à seca e consolidasse a política do aproveitamento do chuvoso, pois é neste e não na seca que se decide a vida do sertão..."

Recentemente, engenheiros, professores de universidades, pesquisadores e representantes do Ministério Público e da sociedade civil organizaram uma caravana nacional passando pelas principais cidades do país para esclarecer a opinião pública e para protestar contra mais esse crime nacional. Receberam adesões de importantes setores, inclusive do vice-presidente do Brasil.

Água tem, faltam políticas

O governo diz que 12 milhões de brasileiros serão beneficiados com a transposição das águas do Rio São Francisco. Falam

Se a nossa verdade não for contada, ela vira mentira... A comunidade indígena vem sendo atingida há muito tempo com a falta de peixes e por não poder mais navegar pelo São Francisco. Nosso povo não teve participação na discussão de uma questão que está sendo colocada como solução para os problemas que o afetam."
Marcos Sabaru, liderança indígena.

de "estender um copo de água para os vizinhos sedentos". Muito nobre! E se fosse isso mesmo, todos estariam dispostos a pensar na possibilidade de um tipo de transposição, uma vez garantida a revitalização do Velho Chico. Mas especialistas afirmam que não há falta de água na região e que a pobreza no semi-árido é por falta de políticas públicas e pela deficiência da gestão da água existente.

João Suassuna, engenheiro agrônomo e técnico em



recursos hídricos da Fundação Joaquim Nabuco, constata que o Nordeste conta com 70 mil represas, 37 bilhões de m³ de água. Este é o maior volume represado em regiões semi-áridas do mundo. Ele diz: "O maior potencial de água represada está no Nordeste. O que não há é política para que a água chegue à população". Devido à má gestão política de uso e distribuição dessas águas, apenas nove dos 37 bilhões de m³ estão sendo utilizados. Tudo indica que a realização do projeto de transposição leve a perpetuar a chamada "indústria da seca".

Construtores que ganham mais

Apesar de tudo isso, e até com ações ainda não resolvidas na justiça, as obras continuam pela força do exército, que tem

250 homens do 2º Batalhão de Engenharia preparando a infra-estrutura em Cabrobó-PE. Uma parte da licitação está suspensa por causa de uma disputa entre companhias construtoras. Como o caso das barragens propostas para os rios Xingu e Madeira, percebe-se que estes são negócios muito lucrativos para as construtoras, que usam de todos os meios para convencer governo,

Foto: Markus Breuss



Foto: Markus Breuss



povos Truká e Tumbalalá

parlamento e opinião pública de que estes projetos são necessários.

Falta de Diálogo

Cientistas, técnicos, especialistas e moradores tradicionais do semi-árido e da beira do São Francisco explicam com clareza as falhas e perigos e prejuízos deste projeto, não só para o meio ambiente como também para os cofres públicos. Mas não são ouvidos. Os poderosos compram até a consciência dos parlamentares, pagam grandes propagandas em todos os meios de comunicação e só sua voz é ouvida.

Marcos Sabaru, do povo Tingui-Botó de Alagoas, insiste: "A gente precisa contar a nossa verdade, porque a mentira foi contada repetidas vezes e virou verdade. Se a nossa verdade não for contada, ela vira mentira... A comunidade indígena vem sendo atingida há muito tempo com a falta de peixes e por não poder mais navegar pelo São Francisco. Somos um povo que habita o rio há milhares de anos, mas que não tem participação na discussão de um projeto que foi criado nos gabinetes. Nosso povo não teve participação na discus-

são de uma questão que está sendo colocada como solução para os problemas que o afetam."

A voz do povo

Transposição não é solução!
Queremos um programa verdadeiro de convivência com o semi-árido!
Queremos uma revitalização do rio São Francisco que seja para valer!
Queremos controle social sobre os usos das águas dos açudes e reservatórios!

Queremos um projeto de desenvolvimento que atenda às reais necessidades da população do semi-árido e do São Francisco e não de uma minoria de empresários nacionais e estrangeiros!

Queremos a implementação imediata das 530 obras do Atlas Nordeste da ANA – Agência Nacional de Águas para levar água a 34 milhões de habitantes do Polígono das Secas!

estes negócios são muito lucrativos para as construtoras, que usam de todos os meios para convencer governo, parlamento e opinião pública de que estes projetos são necessários.

CONVIVER COM O SEMI-ÁRIDO É A SOLUÇÃO!
SÃO FRANCISCO VIVO - TERRA E ÁGUA, RIO E POVO!



Foto: Markus Breuss

povos Truká e Tumbalalá

ONU manda tirar invasores de Raposa Serra do Sol

A Organização das Nações Unidas - ONU aceitou apelo feito por grupos indígenas e passou a exigir que o governo brasileiro retire os ocupantes da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. De acordo com o Comitê de Combate ao Racismo da ONU, ao qual os índios recorreram, o assunto foi classificado como "urgente".

O Brasil respondeu que a área, de 1,7 milhão de hectares, está sendo desocupada - e que a maior parte da população não-indígena já foi retirada do território destinado aos índios. Os representantes brasileiros irritaram os peritos da ONU ao questionar o caráter de urgência que deram ao tema.

Sete grandes empresas agropecuárias, dedicadas sobretudo à produção de arroz, insistem em permanecer no local e prometem resistir às pressões do governo para que saiam.

"Não quero saber da ONU nem do governo. Comprei todos os insumos para a próxima safra: sementes e fertilizantes para os 4 mil hectares de arroz que vou plantar". Foi assim que o fazendeiro gaúcho Paulo César Quartiero, o maior produtor de arroz de Roraima, reagiu à informação de que a ONU está pressionando o governo brasileiro para que retire os arroteiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Quartiero tem duas fazendas no interior da área, num total de 9.200 hectares. "Começo a colheita da soja no fim deste mês", disse. Quartiero, que é apontado pelos índios como o principal responsável pelo clima de tensão que predomina na área, promete resistir a qualquer tentativa de despejo. (Com informação de O Estado de S.Paulo)



Declaração dos Povos Indígenas assegura proteção jurídica de terras

Os povos indígenas de todo o mundo ainda estão celebrando a adoção pela Assembléia Geral das Nações Unidas da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas. Depois de mais de 20 anos de luta, a comunidade internacional optou por semear novas bases nas relações entre os Estados Nacionais e os povos e assegurar a dignidade, sobrevivência e o bem-estar de alguns dos povos mais empobrecidos e marginalizados no mundo.

A Declaração garante direitos humanos fundamentais como: o respeito às diferenças culturais e às tradições; manutenção e fortalecimento de suas próprias instituições políticas de decisão. Ela busca eliminar a discriminação, a exclusão e o preconceito de que os indígenas são vítimas, como consequência do processo de colonização que sofreram durante séculos. Com 143 países a favor, onze abstenções e quatro negativas - dos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Nova Zelândia - os 46 artigos da Declaração foram aprovados e estabelecem parâmetros mínimos de respeito à propriedade da terra indígena, acesso aos recursos naturais dos territórios onde se assentam, respeito e preservação de suas tradições e autodeterminação.

De acordo com a Declaração, os Estados devem assegurar o reconhecimento e a proteção jurídica das terras, territórios e recursos. Também não podem proceder a nenhum traslado "sem o consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas interessados, sem acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa".

Organizações internacionais como Anistia Internacio-

Revista Mensageiro

Uma publicação a serviço dos povos indígenas e da Amazônia.

ASSINATURA ANUAL: não-índio: R\$ 25,00 – Indígena: R\$ 12,00 - Apoio: R\$ 50,00

EXEMPLARES AVULSOS: R\$ 3,00



PREENCHA OS CAMPOS ABAIXO COM A QUANTIDADE E O VALOR RESPECTIVO DA SUA ENCOMENDA			
ITEM	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	TOTAL R\$
Revista Mutirão para a Amazônia	R\$ 3,00		
Revista Mutirão de Alternativas	R\$ 3,00		
CD interativo Mutirão pela Amazônia	R\$ 5,00		
DVD Amazônia Urgente	R\$ 15,00		
DVD Amazônia Urgente II	R\$ 15,00		
DVD Em Defesa da Vida e do Rio Xingu	R\$ 15,00		
TOTAL DA COMPRA			
ACRESCENTE 15% SOBRE O VALOR TOTAL PARA DESPESAS DE CORREIO			
Assinatura da Revista Mensageiro	R\$ 25,00		
TOTAL A PAGAR			

Para fazer seu pedido, ou para fazer assinatura do Mensageiro, preencha o cupom no verso desta página

nal e Grupo Internacional de Trabalho para Relações Indígenas (IWGIA, sigla em inglês), em comunicado de imprensa, disseram que a adoção da Declaração “envia uma mensagem clara à comunidade internacional de que os direitos dos povos indígenas não estão separados, nem são menos que os direitos de outros, e sim que são uma parte integral e indispensável do sistema de direitos humanos dedicado à proteção dos direitos de todas as pessoas”.

O documento reconhece ainda os direitos individuais, e coletivos relativos à educação, a saúde e o emprego. Assegura a melhoria contínua das condições econômicas e sociais dos anciãos, mulheres e crianças, e destaca a importância da educação bilíngüe. O secretário geral da ONU, Ban Ki-moon, pressionou os governos e a sociedade civil a integrar de imediato em suas agendas de Direitos Humanos e desenvolvimento os assuntos relacionados com as garantias dos indígenas. (Fonte: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina - Adital).

Membros do Greenpeace e da Opan são expulsos de Juina, em Mato Grosso.

No final de agosto, nove pessoas - membros do Greenpeace, da Operação Amazônia Nativa (Opan) e os jornalistas franceses Elsa Guiol e Eric Dessons, do Le Journal du Dimanche - foram expulsos por fazendeiros e autoridades locais enquanto tentavam chegar à terra indígena dos Enawene Nawe, para uma reportagem sobre as áreas de desmatamento na floresta e a atuação das ONGs na região.

Segundo nota do Greenpeace, assim que o grupo chegou e se hospedou em um hotel da cidade, alguns fazendeiros foram interrogá-los, de início cordialmente. Queriam saber se eram antropólogos de um grupo de identificação da área do Rio Preto, território requerido pelos Enawene Nawe à Funai.

Com a pressão dos fazendeiros, incluindo o presidente da Câmara Municipal, foi organizada uma sessão especial no Legislativo. Com duração de mais de seis horas, a discussão envolveu vários proprietários

da região, o prefeito da cidade, Hilton de Campos, e outras autoridades, que pressionavam o Greenpeace a desistir de realizar sua reportagem na tribo indígena.

Na sessão da câmara, o prefeito chegou a afirmar que os visitantes não eram bem vindos em Juina, e não seria permitido que chegassem até o Rio Preto “de maneira nenhuma”.

Rodrigues relata que ficou impressionado com o ocor-



rido, já que “havia uma certa animosidade e falas contrárias ao que desenvolvemos, mas nada, em dois anos de trabalho, que se compare a esse nível”.

Depois da sessão na câmara da cidade, o grupo voltou ao hotel. Adario relata que, ao voltarem, organizou-se um cercamento do prédio, já que muitos fazendeiros ficaram do lado de fora bradando ameaças a eles e à ação da Opan na região. Com medo de sair, permaneceram ali até o dia seguinte, quando foram escoltados por duas viaturas da Polícia Militar local até o aeroporto, seguidos de várias caminhonetes dos fazendeiros.

A equipe apresentou uma representação ao procurador da República, Mario Lucio Avelardo, do Ministério Público Federal em Mato Grosso, com duas horas de imagens gravadas contendo ameaças ao grupo e à Opan. (Fonte: Amazonia.org.br .Eduardo Paschoal)

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Fone: _____
CEP: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Assinatura da revista:

- Anual
- Renovação
- Indígena
- Apoio
- Exterior

Pagamento

- Cheque Nominal
- Depósito Bancário

Em: ____ / ____ / ____

CHEQUE NOMINAL e cruzado em favor do Conselho Indigenista Missionário
DEPÓSITO INSTANTÂNEO: Banco Bradesco

Ag. 3109-7
cc: 135641-0
Para Conselho Indigenista Missionário

Editora Mensageiro
Caixa Postal 41
66017-970 Belém, Pará
fone: 091- 3252 - 4164
Fax: 091- 3252 - 2312
E.mail: cimiblm@amazon.com.br

Importante: Envie por fax ou correio – junto com o cupom preenchido o comprovante (ou cópia) do seu depósito

MULHERES! PROTAGONISTAS NA LUTA!



II Encontro Regional de mulheres indígenas – Pará e Amapá

De 4 a 7 de setembro de 2007, mulheres de oito povos indígenas dos estados de Pará e Amapá reuniram-se em torno do tema: "protagonismo das mulheres indígenas na Amazônia". Discutiram e debateram questões referentes ao papel da mulher indígena em sua comunidade e às políticas públicas de gênero para as mulheres indígenas. Tudo isso no contexto da realidade



sócio-político e ambiental que tanto afeta seus povos e territórios.

Marly Kuruaiá enfatizou: "Entendo que somos sujeitos principais de nossas histórias, de nossas famílias e de nossas comunidades. Podemos mudar essa realidade que ameaça nossos filhos se nos organizarmos e lutarmos juntas".

Em seu documento final as mulheres

repudiam qualquer ação governamental que contraria os interesses dos povos indígenas ou que ameaça suas vidas. O documento também exige que políticas públicas relevantes às suas comunidades sejam implantadas e implementadas, respeitando as especificidades de cada povo.

Corajosas e destemidas, estas guerreiras que se definiram como "mulheres da esperança e lutadoras" ao encerrar este II Encontro Regional de Mulheres Indígenas abriram boas perspectivas de organização e atuação.

Fotos desta reportagem:
Marcos Reis - Cimi Norte II



Participação no Grito

Por entenderem que é necessário somar forças nesta luta, as mulheres indígenas saíram no 13º Grito dos Excluídos, marchando lado a lado com representantes de muitos movimentos e organizações da sociedade civil. Durante a marcha gritavam bem alto que "A Vale é nossa!" mostrando a todos que a força das mulheres indígenas contribui para a libertação, a justiça e paz para todos.



O retorno e promessa para o futuro.

Cansadas, mas com a consciência de quem cumpriu o seu dever, elas iniciaram a longa viagem para suas aldeias. Foram alegres com a convicção que de agora em diante elas mesmas precisam levar em frente a importante função de articuladoras políticas dos seus direitos e de suas comunidades. Como declarou a sábia guerreira Dona Maria das Neves: "O meu desafio agora é juntar mais mulheres do meu povo no mutirão pela defesa da nossa comunidade, do nosso rio e das nossas terras".

(Para obter uma cópia do documento final do Encontro, entre em contato com o Mensageiro – veja endereço na página 02.)



I Assembléia de Mulheres Indígenas do Leste e Nordeste

Fotos desta reportagem:
Sumário - Cimi Leste e Ana
Célia Floriano - DED



Guerreiras mulheres indígenas representando 44 povos e organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, reuniram-se em Ribeirão das Neves – MG de 13 a 16 de agosto de 2007.

"Com o objetivo de garantir uma maior intervenção política das mulheres indígenas, visando contribuir para o fortalecimento do movimento indígena, mapeamos os principais problemas que nós mulheres indígenas enfrentamos. Debates sobre nossas demandas específicas e definimos estratégias de mobilização em defesa dos direitos dos





povos indígenas do Brasil frente a atual conjuntura política.” (do documento final)

Entre os problemas e situações debatidos, destacou-se o Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, que atropela os direitos do povo para atender poderosos interesses econômicos. E por isso mesmo prevê grandes projetos como:

- a transposição do Rio São Francisco;
 - a construção de hidrelétricas;
 - agronegócio com monocultivos, transgênicos, uso intensivo de produtos químicos;
 - agro combustível e criação de gado;
- Tudo isso implica em agressão ao meio ambiente, às populações indígenas, ribeirinhos e pequenos agricultores e na invasão de territórios indígenas.
- Mulheres e crianças especialmente são





vítimas dos desmandos na atenção à saúde. Inclusive a morte de Maninha Xukuru-Kariri foi por falta de pronto atendimento. Para homenageá-la, as mulheres definiram o dia 11 de outubro como dia de resistência da mulher indígena do nordeste e leste.

Na região Nordeste um problema grave é o processo de criminalização e ameaças à vida de lideranças indígenas em luta pela terra.

Porém, com tudo isso, as mulheres apontam como sinais de esperança:

- a inscrição dos direitos indígenas nas Constituições de muitos países latino-americanos;
- a Convenção 169 da OIT;
- a Declaração Universal dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas aprovada pela Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

E como sinais de avanço na luta indígena no Brasil:

- crescimento da população indígena em 10% ao ano;
- mobilização em torno do Acampamento Terra Livre;
- criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI).

E tudo isso motiva as mulheres a "aprimorar e fortalecer o protagonismo da mulher no movimento indígena no Nordeste e Leste através de processos de mobilização e formação." (do documento final Para obter cópia completa escreva ao Mensageiro ou acesse o site do Cimi: www.cimi.org.br)



A MARCHA DAS MARGARIDAS

Ao som de "*Brasília está florida. Estão chegando as margaridas. Estão chegando as decididas. É o querer, o querer das margaridas*" cerca de 50 mil mulheres de todo o Brasil percorreram as quatro pistas da Esplanada dos Ministérios para consolidar as propostas da 3ª Marcha das Margaridas.

Por que Margaridas?

No dia 12 de agosto de 1983, Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB), e fundadora do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, foi brutalmente assassinada.

Por sua trajetória de luta pela Reforma Agrária e pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, Margarida Alves tornou-se um símbolo nacional cultivado pelas mulheres e homens do campo.





Margarida Alves: mártir da luta no campo, sua memória é reverenciada no nome da Marcha.

Programa de documentação da trabalhadora rural; combate à violência contra a mulher, saúde, organização produtiva, regularização das reservas extrativistas.

TODAS UNIDAS

"Somos todas unidas na luta em defesa da vida, da vida de nossos filhos, da vida de nossa mãe natureza. Índias e não índias, vamos juntar-nos e encher esta terra de margaridas e rosas e girassóis e tudo quanto há de vida e beleza!"



Pauta 2007

Carmem Foro, coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag e Vice-presidente da CUT ressalta: "Essa marcha começou há muito tempo e floresceu no coração de cada Margarida. Por isso não termina aqui. Lutaremos até o fim por igualdade de direitos e oportunidades, contra a pobreza, a fome e a violência sexista". Os principais pontos de reivindicação deste ano são:



NOVA PUBLICAÇÃO INDÍGENA:

O livro "Natyseño: Trajetória, Luta e Conquistas das Mulheres Indígenas" foi lançado no dia 9 de agosto. A publicação é importante pois ajuda tornar conhecida a luta das comunidades indígenas, sobretudo das mulheres, que conseguiram ao longo das décadas preservar viva a cultura de seus antepassados.

Conforme Mirian Marcos Tsibodowapré, presidente do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (Conami), "ler o livro é desafiar o espírito e luta que existe em cada mulher, é expandir a auto-percepção e evitar condicionamentos."

(fonte: Grumin)

**Havia silêncio sobre 18.000 hectares
roubados dos povos Tupinikim e Guarani.**

*Havia silêncio sobre 10.000 famílias quilombolas expulsas de seu território,
sobre milhões de litros de herbicida derramados nas plantações.*

*Havia silêncio promiscuo sobre o cloro utilizado no branqueamento do papel
a produzir toxinas cancerígenas que agridem plantas, bichos e gente.*

*Havia um silêncio intransponível sobre a natureza de uma planta
que consome 30 litros de água por dia e não dá flores e nem sementes.*

*Sobre uma plantação que produz milhões de dólares para meia dúzia de senhores,
Havia um silêncio cúmplice sobre a destruição da Mata Atlântica e dos pampas
pelo cultivo homogêneo de uma só árvore: o eucalipto.*



*Por fim havia um imenso deserto verde
em concerto com o silêncio.*

*De repente, mulheres se juntaram
e destruíram as mudas e as mentiras.
As mudas gritaram*

**de repente o silêncio foi quebrado pelo gesto das mulheres
convocando você e o Brasil a tomarem uma atitude.**

(Vídeo "Rompendo o silêncio")